

# 1- Gestão Operacional / Finalística

## 1.1- Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional

**NATUREZA JURÍDICA:** Órgão da Administração Direta

**CATEGORIA:** A Secretaria de Assuntos Internacionais é um órgão, específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda. A missão institucional consiste em assessorar o Ministro em assuntos internacionais.

**FINALIDADES ESSENCIAIS / ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS** - Portaria GMF/nº 318, de 20.11.2001:

I - acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;

II - analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;

III - participar das negociações de créditos brasileiros ao exterior;

IV - planejar e acompanhar a política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;

V - analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;

VI - acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;

VII - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, incluindo a participação na Coordenação de Políticas Macroeconômicas;

VIII - participar das negociações comerciais relativas ao MERCOSUL e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;

IX - acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio e investimentos;

X - participar de negociações, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, em matéria de comércio e investimentos;

XI - acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, no âmbito do Ministério da Fazenda, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;

XII - acompanhar as ações do Ministério da Fazenda na área de salvaguardas e direitos *antidumping* e compensatório;

XIII - exercer a Secretaria-Executiva do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE; e

XIV - apoiar a Presidência do Comitê de Crédito às Exportações - CCEx e coordenar o financiamento oficial às exportações.

## 1.2- Público Alvo dos Processos Gerenciais

O Ministro da Fazenda, Ministérios, Presidência da República e instituições internacionais.

## 1.3- Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

No Plano Plurianual 2000/2003, a ação “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais” encontra-se inserida no Programa Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito. As metas previstas para o exercício de 2003 foram 120 negociações.

## 1.4 - Demonstrativo do Comportamento das Metas Anuais

### Metas Previstas em 2003

#### Anexo I

**Unidade:** MF/SAIN/Gabinete

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais.

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades.

**Responsável pelos Dados:** Antônio Gustavo Rodrigues

**Cargo:** Secretário - Adjunto

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |    |    |    |
|--|-------------------|---|----|----|----|
|  |                   | 1º  | 2º | 3º | 4º |
| 1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (Reuniões) | Unidade           | 4   | 6  | 5  | 2  |
| 2 - Negociações do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (Reuniões)            | Unidade           | 0   | 1  | 2  | 2  |
| 3 -Reuniões da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX             | Unidade           | 1   | 1  | 1  | 1  |
| 4 - Negociações do Grupo Técnico da COFIEEX – GTEC                       | Unidade           | 9   | 15 | 20 | 16 |
| 5- OCDE  | Unidade           | 0   | 2  | 1  | 2  |

|  |         |   |   |   |   |
|--|---------|---|---|---|---|
| 6 - Investe Brasil – Panorama das Negociações Internacionais | Unidade | 0 | 1 | 0 | 0 |
|--|---------|---|---|---|---|

**Metas Realizadas em 2003**

**Anexo II**

**Unidade:** MF/SAIN/Gabinete

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

**Responsável pelos Dados:** Antônio Gustavo Rodrigues

**Cargo:** Secretário - Adjunto

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |           |          |          |
|--|-------------------|--|-----------|----------|----------|
|  |                   | 1º   | 2º        | 3º       | 4º       |
| 1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (Reuniões) | Unidade/%         | 1(25%)   | 2(33,33%) | 1(20%)   | 0(0%)    |
| 2 - Negociações do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (Reuniões)            | Unidade/%         | 0(0%)  | 0(0%)     | 0(0%)    | 1(50%)   |
| 3 - Reuniões da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX            | Unidade/%         | 1(100%)  | 1(100%)   | 0(0%)    | 1(100%)  |
| 4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC                          | Unidade/%         | 9(100%)  | 15(100%)  | 20(100%) | 16(100%) |
| 5 - OCDE   | Unidade/%         | 0(0%)  | 1(50%)    | 1(100%)  | 1(50%)   |
| 10 - Investe Brasil – Panorama das Negociações Internacionais            | Unidade/%         | 0(0%)  | 1(100 %)  | 0(0 %)   | 0(0%)    |

## Metas Previstas em 2003

### Anexo III

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

**Processo Gerencial Finalístico:** Provimento de informações e de apoio técnico no Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações - CFGE

**Sinopse do Objeto:** Organizar, convocar e distribuir documentação para os membros do CFGE, além do provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Conselho.

**Responsável pelos Dados:** Luiz Fernando Pires Augusto

**Cargo:** Coordenador-Geral Interino

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |      |      |      |
|---|-------------------|---|------|------|------|
|   |                   | 1º  | 2º   | 3º   | 4º   |
| 1 - Compilar todas operações/assuntos e dados financeiros para repasse aos membros do CFGE.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 2 - Preparar pastas para o Presidente e o Secretário-Executivo do Conselho, com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 3 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CFGE as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 4 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do Conselho. | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 5 - Elaborar ata das Reuniões Ordinárias do CFGE  | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 6 - Encaminhar as resoluções do Conselho para a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |

## Metas Realizadas

### Anexo IV

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

**Processo Gerencial Finalístico:** Provimento de informações e de apoio técnico no Conselho Diretor do Fundo de Garantia às Exportações - CFGE

**Sinopse do Objeto:** Organizar, convocar e distribuir documentação para os membros do CFGE, além do provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Conselho

**Responsável pelos Dados:** Luiz Fernando Pires Augusto

**Cargo:** Coordenador-Geral Interino

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |      |      |      |
|---|-------------------|---|------|------|------|
|   |                   | 1º  | 2º   | 3º   | 4º   |
| 1 – Compilar todas operações/assuntos e dados financeiros para repasse aos membros do CFGE.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 2 - Preparar pastas para o Presidente e o Secretário-Executivo do Conselho, com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 3 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CFGE as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 4 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CFGE, para subsidiar o Presidente e Secretário-Executivo do Conselho. | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 5 - Elaborar ata das Reuniões Ordinárias do CFGE.   | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 6 - Encaminhar as resoluções do Conselho para a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação.  | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |

## Metas Previstas

### Anexo V

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

**Processo Gerencial Finalístico:** Provimento de informações e de apoio técnico no Comitê de Crédito às Exportações - CCEX

**Sinopse do Objeto:** Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Comitê

**Responsável pelos Dados:** Luiz Fernando Pires Augusto

**Cargo:** Coordenador-Geral Interino

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |      |      |      |
|--|-------------------|---|------|------|------|
|  |                   | 1º  | 2º   | 3º   | 4º   |
| 1 - Preparar pastas com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CCEX.  | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 2 - Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CCEX as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias.  | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 3 - Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CCEX, para subsidiar o Secretário de Assuntos Internacionais e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda. | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |
| 4 - Preparar relatório com as decisões do CCEX sobre operações/assuntos examinados nas Reuniões Ordinárias.  | Percentual        | 100%  | 100% | 100% | 100% |

## Metas Realizadas

### Anexo VI

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX

**Processo Gerencial Finalístico:** Provimento de informações e de apoio técnico no Comitê de Crédito às Exportações - CCEX

**Sinopse do Objeto:** Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, na qualidade de membros do Comitê

**Responsável pelos Dados:** Luiz Fernando Pires Augusto

**Cargo:** Coordenador-Geral Interino

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |      |      |      |
|---|-------------------|--|------|------|------|
|   |                   | 1º   | 2º   | 3º   | 4º   |
| 1- Preparar pastas com documentação sobre operações/assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias do CCEX.  | Percentual        | 100%   | 100% | 100% | 100% |
| 2- Analisar previamente no Grupo de Assessoramento Técnico do CCEX as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias.  | Percentual        | 100%   | 100% | 100% | 100% |
| 3- Preparar pauta comentada com as recomendações do Grupo de Assessoramento Técnico sobre as operações/assuntos que serão examinados nas Reuniões Ordinárias do CCEX, para subsidiar o Secretário de Assuntos Internacionais e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda. | Percentual        | 100%   | 100% | 100% | 100% |
| 4-Preparar relatório com as decisões do CCEX sobre operações/assuntos examinados nas Reuniões Ordinárias.   | Percentual        | 100%   | 100% | 100% | 100% |

## Metas Previstas

### Anexo VII

**Unidade:** Coordenação de Negociação e Recuperação de Créditos Externos - CONEG

**Processo Gerencial Finalístico:** Negociação e Recuperação de Créditos

**Sinopse do Objeto:** Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

**Responsável pelos Dados:** Ines Aparecida Baptista do Nascimento Silva Maia

**Cargo:** Coordenadora

**Data:** 31 / 12/ 2003.

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |    |    |    |
|---|-------------------|---|----|----|----|
|   |                   | 1º  | 2º | 3º | 4º |
| 1 - Participar das reuniões no Clube de Paris   | Percentual        | 2   | 3  | 2  | 3  |
| 2 - Efetuar negociações bilaterais, elaborar ou analisar propostas e dar continuidade às negociações em andamento | Percentual        | 0   | 2  | 3  | 2  |
| 3 - Elaborar ata ou ajuda-memória das reuniões e relatórios   | Percentual        | 2   | 5  | 5  | 5  |
| 4 - Elaborar minuta de contrato bilateral e acompanhar os trâmites necessários para a assinatura do Contrato      | Percentual        | 0   | 1  | 1  | 1  |
| 5 - Auxiliar na conciliação dos números da dívida a ser negociada e efetuar reuniões se necessárias               | Percentual        | 0   | 2  | 3  | 2  |

## Metas Realizadas

### Anexo VIII

**Unidade:** Coordenação de Negociação e Recuperação de Créditos Externos - CONEG

**Processo Gerencial Finalístico:** Negociação e Recuperação de Créditos

**Sinopse do Objeto:** Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

**Responsável pelos Dados:** Ines Aparecida Baptista do Nascimento Silva Maia

**Cargo:** Coordenadora

**Data:** 31 / 12 / 2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM  | PERCENTUAL DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |         |         |         |
|---|----------------------|--|---------|---------|---------|
|   |                      | 1º   | 2º      | 3º      | 4º      |
| 1 - Participar das reuniões no Clube de Paris   | Percentual           | 1(50%)*  | 1(33%)* | 0(0%)*  | 0(0%)*  |
| 2 - Efetuar negociações bilaterais, elaborar ou analisar propostas e dar continuidade às negociações em andamento | Percentual           | 0(100%)  | 2(100%) | 3(100%) | 2(100%) |
| 3 - Elaborar ata ou ajuda-memória das reuniões e relatórios   | Percentual           | 1(50%)*  | 3(60%)* | 3(60%)* | 2(40%)* |
| 4 - Elaborar minuta de contrato bilateral e acompanhar os trâmites necessários para a assinatura do Contrato      | Percentual           | 0(100%)  | 1(100%) | 1(100%) | 1(100%) |
| 5- Auxiliar na conciliação dos números da dívida a ser negociada e efetuar reuniões se necessárias                | Percentual           | 0(100%)  | 2(100%) | 3(100%) | 2(100%) |

\* As metas para o 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2003 (itens: 1) - reuniões no Clube de Paris e 3) Elaborar ata e relatórios) não foram totalmente atingidas, em virtude das restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 4.591 de 10.02.2003.

### Metas Previstas

### Anexo IX

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros – CAEFI

**Processo Gerencial Finalístico:** Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

**Sinopse do Objeto:** Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

**Responsável pelos Dados:** Pablo Fonseca Pereira dos Santos

**Cargo:** Coordenador

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |    |    |    |
|---|-------------------|---|----|----|----|
|   |                   | 1º  | 2º | 3º | 4º |
| 1. Boletim de Economia Internacional: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados. Usualmente, o Boletim de Economia Internacional é dividido nas seguintes seções: EUA, Zona do Euro, Japão, Leste Asiático, Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela, Mercados e <i>Commodities</i> . Eventualmente, acrescenta-se outras seções de países ou temas que, devido às circunstâncias do momento, tornam-se relevantes para o governo | Unidade           | 1   | 2  | 2  | 1  |
| 2. Notas Semanais: Relatórios semanais sobre a conjuntura econômica dos países analisados no Boletim de Economia Internacional. As notas semanais são de caráter informal e são elaboradas sempre que, em uma dada semana, um fato econômico ou político relevante acontece nos países acompanhados pela CAEFI. Com isto, busca-se fornecer informações mais atualizadas ao Secretário e/ou Secretários Adjuntos e aos integrantes do governo que tratam direta ou indiretamente de assuntos internacionais   | Unidade           | 4   | 8  | 8  | 4  |

## Metas Realizadas

### Anexo X

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros - CAEFI

**Processo Gerencial Finalístico:** Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional

**Sinopse do Objeto:** Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais e da conjuntura econômica internacional, além do acompanhamento de iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira

**Responsável pelos Dados:** Pablo Fonseca Pereira dos Santos

**Cargo:** Coordenador

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |         |        |        |
|--|-------------------|--|---------|--------|--------|
|  |                   | 1º   | 2º      | 3º     | 4º     |
| 1. Boletim de Economia Internacional: relatório mensal sobre a conjuntura econômica internacional, de circulação restrita ao governo federal por meio impresso e eletrônico. Contém análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, priorizando os fatos econômicos e as medidas de política econômica relevantes para a evolução da economia brasileira. Os relatórios apresentam anexos estatísticos com os principais indicadores e projeções econômicas dos países analisados. Usualmente, o Boletim de Economia Internacional é dividido nas seguintes seções: EUA, Zona do Euro, Japão, Leste Asiático, Argentina, México, Chile, Colômbia, Venezuela, Mercados e <i>Commodities</i> . Eventualmente, acrescenta-se outras seções de países ou temas que, devido às circunstâncias do momento, tornam-se relevantes para o governo              | Unidade/%         | 1(100%)  | 1 (50%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| 2. Notas Semanais: Relatórios semanais sobre a conjuntura econômica dos países analisados no Boletim de Economia Internacional. As notas semanais são de caráter informal e são elaboradas sempre que, em uma dada semana, um fato econômico ou político relevante acontece nos países acompanhados pela CAEFI. Com isto, busca-se fornecer informações mais atualizadas ao Secretário e/ou Secretários Adjuntos e aos integrantes do governo que tratam direta ou indiretamente de assuntos internacionais  | Unidade/%         | 4 (100%)   | 2 (25%) | 0 (0%) | 0 (0%) |
| 3. Temas de Economia Internacional: tem como objetivo oferecer breves notas sobre temas relevantes de políticas públicas no Brasil, em particular aqueles relacionados ao comércio exterior, à economia e às finanças internacionais. O alvo da Série é o público que não tenha conhecimento especializado nos temas, buscando-se em cada texto apresentar um roteiro introdutório acerca das questões envolvidas, bem como opiniões e resultados de pesquisas existentes sobre os assuntos. Recorrendo a especialistas nos respectivos temas, não necessariamente vinculados ao governo brasileiro, pretende-se fornecer, em cada número, um guia para o leitor não-especialista e, assim, contribuir positivamente no processo de formação de opinião sobre as escolhas de políticas públicas no país. A Série conta com suporte técnico e financeiro do Banco Mundial | Unidade           |  |         |        | 3      |
| 3. Missão OCDE: coordenação dos trabalhos, junto ao governo brasileiro, relacionados ao desenvolvimento do estudo econômico.   | Unidade           |  |         |        | 1      |

\* Em função da mudança de governo e da entrada de um novo Secretário, foram redefinidas as prioridades da CAEFI. As notas semanais deixaram de ser elaboradas e o Boletim de Economia Internacional passou a ser uma seção do Boletim de Conjuntura Econômica da SPE. Portanto, o não cumprimento das metas foi uma consequência do desenvolvimento de novas atividades em substituição às anteriores, principalmente da série "Temas de Economia Internacional".

\*\*No terceiro trimestre não houve elaboração do Boletim de Economia Internacional por falta de pessoal. Já no quarto trimestre, não houve divulgação do Boletim de Conjuntura da SPE e, portanto, a seção de economia internacional de responsabilidade da CAEFI não foi elaborada.

## Metas Previstas

### Anexo XI

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais – CAECO  
Coordenação-Geral de Integração – COINT

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

**Responsável pelos Dados:** Anamélia Soccal Seyffarth

**Cargo:** Coordenadora-Geral

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL PREVISTO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |    |    |    |
|--|-------------------|---|----|----|----|
|  |                   | 1º  | 2º | 3º | 4º |
| 1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (Reuniões) | Unidade           | 6   | 5  | 4  | 4  |
| 2 - Negociações do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (Reuniões)            | Unidade           | 4   | 5  | 5  | 7  |
| 3 - Negociações Birregionais MERCOSUL /União Européia (Reuniões)         | Unidade           | 2   | 2  | 2  | 1  |
| 4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões).     | Unidade           | 2   | 1  | 1  | 1  |
| 5 - Reuniões sobre processos de Defesa Comercial.                        | Unidade           | 3   | 1  | 3  | 4  |

## Metas Realizadas

### Anexo XII

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais – CAECO  
Coordenação-Geral de Integração – COINT

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar das negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Sr. Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades.

**Responsável pelos Dados:** Anamélia Soccal Seyffarth

**Cargo:** Coordenadora-Geral

**Data:** 31/12/2003

| DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES -FIM   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTITATIVO ANUAL REALIZADO (PARA O EXERCÍCIO CORRENTE / POR TRIMESTRE) |          |          |          |
|--|-------------------|--|----------|----------|----------|
|  |                   | 1º   | 2º       | 3º       | 4º       |
| 1 - Negociações da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA (Reuniões)                   | Unidade %         | 4 (67%)  | 3 (60%)  | 2 (50%)  | 1 (25%)  |
| 2 - Negociações do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (Reuniões)                              | Unidade %         | 1 (25%)  | 2 (40%)  | 4 (80%)  | 4 (57%)  |
| 3 - Negociações Birregionais do MERCOSUL e União Européia (Reuniões)                       | Unidade %         | 1 (50%)  | 1 (50%)  | 0 (0%)   | 0 (0%)   |
| 4 - Negociações da Organização Mundial do Comércio - OMC (Reuniões)                        | Unidade %         | 1 (50%)  | 0 (0%)   | 0 (0%)   | 0 (0%)   |
| 5 - Reuniões sobre processos de Defesa Comercial   | Unidade %         | 3 (100%)   | 1 (100%) | 3 (100%) | 4 (100%) |
| 6 - Participação em Seminários/Palestras   | Unidade           | 0  | 2        | 0        | 3        |
| 7 - Elaboração de Notas sobre Defesa Comercial   | Unidade           | 4  | 7        | 1        | 8        |
| 8 - Elaboração de Notas sobre alterações tarifárias e outros assuntos relativos a comércio | Unidade           | 06   | 12       | 06       | 06       |
| 9 - Elaboração de Notas sobre pedidos amparados na Resolução GMC 69/00                     | Unidade           | 1  | 2        | 3        | 3        |

## 1.5- Resultados – Incidência Social

### 1.5.1. GABINETE

(v. Anexos I e II)

Além das atividades de supervisão das Coordenações, dos trabalhos administrativos normais e do assessoramento direto ao Ministro da Fazenda, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais participou de eventos constantes das metas previstas, bem como representando o Sr. Ministro da Fazenda em eventos no exterior.

### 1.5.1.1. Participação em reuniões e seminários no exterior

- 1.1. Conference sobre o “*Sovereign Debt Restructuring Mechanism*”.
- 1.2. Fórum Econômico Mundial de Davos.
- 1.3. 44ª Reunião Anual de Governadores do BID; Encontro com Bancos e Investidores; Reunião na OCDE e Ministério das Finanças e Tesouro Francês, e de Reunião com o FMI e Banco Mundial.
- 1.4. XIII, XIV e XV Reuniões do Comitê de Negociações Comerciais da ALCA; bem como de Reuniões Intra-MERCOSUL.
- 1.5. “*2003 Spring Meetings*”: O Secretário da SAIN acompanhou o Sr. Ministro da Fazenda no “*Council on Foreign Relations*”; “*2003 Brazil Summit*” e encontros com investidores estrangeiros e comunidade financeira internacional
- 1.6. Palestra na Conferência de Montreal.
- 1.7. Reunião “*Reinventing Bretton Woods Committee*”.
- 1.8. XX, XXII e XXIII Reuniões do Grupo de Negociações sobre Investimentos da ALCA.
- 1.9. G-20 “*Seminar on the Sovereign Debt Restructuring*”.
- 1.10. Reuniões do Grupo de Monitoramento Macroeconômico do MERCOSUL e estados associados.
- 1.11. Reuniões do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL
- 1.12. III Reunião da Comissão Brasil-França.
- 1.13. XIV Reunião do Comitê de Administração e Orçamento.
- 1.14. Reunião “*Introductory Conference on the Opening Of the Kingdom of Saudi Arabia’s Upstream Gas Sector*”.
- 1.15. Reunião sobre Negociações das Dívidas da Bolívia.
- 1.16. V Conferência Ministerial da OMC.
- 1.17. Reunião IMFC “*Deputies Development Committees Word Bank*”.
- 1.18. V Reunião Ibero-Americana de Ministros da Economia.
- 1.19. Annual Meeting World Bank and International Monetary Fund.
- 1.20. G-20 “*Deputies Meeting*”.
- 1.21. IV Reunião Extraordinária do Conselho de Mercado Comum do MERCOSUL.
- 1.22. Reunião do “*G-20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting*”.
- 1.23. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Perspectivas Econômicas de Curto Prazo, promovida pela OCDE.
- 1.24. Conferência “*Risco País Latino-Americanos*” organizada pela Companhia Espanhola de Seguro de Crédito à Exportação.
- 1.25. Reunião Prévia à VIII Reunião Ministerial da ALCA, bem como da VIII Reunião Ministerial da ALCA.
- 1.26. Seminário “*Brasil Day 2003*”, bem como da VIII Reunião da ALCA.
- 1.27. Reuniões de Negociações do Acordo das Constituciones do FMI e Banco Mundial, bem como de reunião com técnicos do Banco Mundial.
- 1.28. Reunião de Cúpula dos presidentes do MERCOSUL.

### **1.5.1.2. Notas Técnicas**

- Créditos agrícolas.
- Dívida da Bolívia.
- Acordos de promoção e proteção de Investimentos – Câmara de Comércio Exterior.
- Cuba – visita presidencial.
- Coréia e Turquia – visitas dos respectivos ministros da Fazenda
- Perdão da Dívida da Guiana
- Resseguros – General Agreement on Trade and Services (GATS)

### **1.5.1.3. Negociações de Acordos Comerciais Internacionais.**

#### **Mercado Comum do Sul - MERCOSUL**

- Grupo de Serviços - participação nas reuniões preparatórias internas (grupo negociador e grupo ampliado - GICI); discussão das propostas para aprofundamento do bloco; definição da posição MERCOSUL a ser levada à ALCA.
- Grupo de Investimentos - coordenação do grupo no Brasil e participação em reunião na Argentina.

#### **Área de Livre Comércio das Américas - ALCA**

- Serviços - participação nas reuniões do Grupo Negociador de Serviços no Panamá e nas reuniões preparatórias realizadas.
- Investimentos - participação nas reuniões do Grupo Negociador de Investimentos no Panamá e nas reuniões preparatórias realizadas.

#### **Organização Mundial do Comércio – OMC**

- Serviços - participação nas reuniões do Conselho de Serviços; Comitê Negociador de Serviços Financeiros e reuniões bilaterais para negociação dos pedidos de abertura do setor, apresentados pelos países até o dia 31.03.2002.

### **1.5.1.4. Operações com Organismos Internacionais**

- Avaliação das carteiras do Banco Mundial e do BID, juntamente com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Participação nas reuniões da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX e do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, com avaliação das cartas-consulta e manifestação desta Secretaria.
- Manifestação sobre modificações e/ou inovações nas políticas do Banco Mundial.
- Negociação de operações de empréstimos destinadas ao ajuste do setor público e elaboração das Cartas de Política.

### **1.5.1.5. Ponto de Contato Nacional**

O Ponto de Contato Nacional - PCN foi instituído pela Portaria nº MF/92 de 12.5.03, sendo constituído por representantes de nove ministérios e do Banco Central do Brasil sob a coordenação e direção do Ministério da Fazenda - Secretaria de Assuntos Internacionais.

As atividades do Ponto de Contato Nacional são as seguintes: promover e implementar as diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais, responder a pedidos de informações, participar de conversações entre as partes interessadas nas matérias abrangidas pelas diretrizes, cooperar com os Pontos de Contatos Nacionais de outros países e acompanhar e implementar as Decisões do Conselho da OCDE sobre as Diretrizes.

No ano de 2003, foram recebidas três denúncias de violações às Diretrizes da OCDE por empresas multinacionais instaladas no país. Nesse período, o colegiado se reuniu três vezes e deliberou sobre um processo. Os outros dois processos encontram-se em fase de análise e decisão.

### **1.5.1.6. Comentários a respeito do demonstrativo das metas previstas**

O Gabinete da SAIN foi seriamente prejudicado no ano de 2003 pelo corte orçamentário de aproximadamente 26% da dotação orçamentária inicial da Secretaria. Em função disso, algumas metas inicialmente previstas não foram alcançadas.

## **1.5.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE CRÉDITOS EXTERNOS - COCEX**

(v. Anexos III a VIII)

### **1.5.2.1. Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE:**

O CFGE foi criado pela Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, com o fito de regular as atividades de prestação de garantias, por parte da União, no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação. Cabe registrar que, a partir de 1º de janeiro de 2004, as funções do CFGE serão absorvidas pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

Em 2003, a Secretaria de Assuntos Internacionais, que é a Secretaria-Executiva do CFGE, representada pela Coordenação-Geral de Créditos Externos participou ativamente de todas as reuniões do Conselho, bem como coordenou reuniões preparatórias do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT, com vistas a subsidiar os membros do CFGE na análise das operações a serem cobertas pelo seguro de crédito à exportação, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

Foram realizadas seis Reuniões Ordinárias e a coordenação da Reunião preparatória do GAT (38ª a 43ª), bem como de uma Reunião extraordinária (9ª).

### **1.5.2.2. Votos Aprovados pelo CFGE:**

- Voto CFGE 001/2003, de 15.05.2003: tratou da concessão de alçadas ao IRB-Brasil Resseguros S.A.
- Voto CFGE 002/2003, de 15.05.2003: tratou da definição de critérios para avaliação da excepcionalidade prevista no item 3 - "b", do Voto CFGE 008/2002, de 13.11.2002, relativo à nova cobertura securitária de operações com curso no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - CCR.
- Voto CFGE 003/2003, de 18.12.2003: tratou do novo modelo de tarifação de riscos políticos e extraordinários de curto prazo.

### **1.5.2.3. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:**

- Cobrança Judicial e/ou Extrajudicial de Créditos de Exportação / Fundo de Garantia à Exportação - FGE / Programa de Financiamento às Exportações - PROEX: consulta sobre a viabilidade de se conceder ao IRB-Brasil Resseguros S.A e ao Banco do Brasil S.A. a competência para efetuarem cobranças no exterior dos créditos da União e, caso factível, elaborar o texto de Medida Provisória a ser editada sobre a matéria.

### **1.5.2.4. Grupos de Trabalho:**

#### **1.5.2.4.1. Medidas de Apoio ao Financiamento e Garantia das Exportações Brasileiras.**

A Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, representada pela Coordenação-Geral de Créditos Externos, e sob a coordenação do IPEA, participou dos trabalhos de revisão dos mecanismos e programas de apoio ao financiamento e à garantia das exportações brasileiras destinados a otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e promover o atendimento de um volume maior de operações. Também participaram do Grupo de Trabalho a Secretaria do Tesouro Nacional, a Câmara de Comércio Exterior, a Casa Civil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Brasil S.A e o Banco Central do Brasil.

No 23º Encontro Nacional de Comércio Exterior - ENAEX, ocorrido em 27 e 28.11.2003, do qual a SAIN participou, foram apresentadas as seguintes mudanças:

- :
- criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG: unifica as competências do Comitê de Crédito às Exportações - CCEX e do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE.
- criação do Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas
- PROPEX: financiamento destinado à produção das pequenas e médias empresas exportadoras;
- revisão da resolução CAMEX nº 33, de 16.12.2002.
- inclusão dos Organismos Financeiros Internacionais no PROEX-Equalização.
- revisão do seguro de crédito a exportação nas operações cursadas no CCR.
- revogação das limitações ao uso do CCR.

#### **1.5.2.4.2. Metodologia de Tarificação de Prêmio de Seguro.**

Grupo de Trabalho constituído para que fosse feita a avaliação da metodologia adotada pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE sobre a tarificação dos prêmios de exportações financiados com a cobertura do seguro de crédito à exportação. O GT contou com a participação da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

#### **1.5.2.5. Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE:**

- Proposta Orçamentária do FGE para 2004: encaminhou à SPOA/SE/MF proposta orçamentária para o exercício de 2004.
- Acompanhamento mensal da metodologia de receita: encaminhou à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, mensalmente, as planilhas referentes ao acompanhamento mensal das receitas do FGE.
- Inscrição de Restos a Pagar - Exercício de 2003: coordenou o pedido de inscrição em Restos à Pagar, junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA.
- Limites para pagamento de despesas a cargo do FGE: atuou, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na fiscalização do fiel cumprimento dos limites mensais de pagamento de despesas autorizados em lei.
- Remuneração da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE: autorizou o IRB-Brasil Resseguros S.A. a efetuar, mensalmente, os pagamentos à SBCE pela prestação de serviços prestados ao FGE.

#### **1.5.2.6..Outros Assuntos:**

- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o IRB-Brasil Resseguros S.A. e a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE: acompanhou e coordenou o processo de elaboração do Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, até a sua assinatura.
- Consultas Extraordinárias: elaborou e preparou consultas extraordinárias, via fac-símile, aos membros titulares do CFGE, a respeito de matérias relevantes afeitas ao FGE.
- Exposição do FGE em 2003: informou mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo Tesouro decorrente de operações realizadas no âmbito do FGE.
- Metas do FGE para 2003: preparou e elaborou relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE, para o exercício 2003.
- Prestação de Contas do FGE: encaminhou o relatório de prestação de contas do FGE, relativo ao exercício financeiro de 2002, à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria da União, para posterior exame do Tribunal de Contas da União.
- Legislação do seguro de crédito à exportação: elaborou a Portaria nº 26, de 07.02.2003, que delegou competência ao presidente do IRB-Brasil Resseguros S.A. para autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União.

- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG: participou das discussões sobre a disponibilização de informações no Sistema SIASG para o registro do contrato celebrado entre o IRB-Brasil Resseguros S.A. e a SBCE.

### **1.5.3. PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES - PROEX**

#### **1.5.3.1. Comitê de Crédito às Exportações - CCEX:**

O CCEX foi instituído pela Portaria n.º 390, de 20 de julho de 1993, e reorganizado pela Portaria n.º 5, de 11 de janeiro de 1996, ambas do Ministério da Fazenda, tendo como atribuição principal fixar critérios internos para a concessão, pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, de assistência financeira às exportações brasileiras de bens e de serviços. Cabe registrar que, a partir de 1º de janeiro de 2004, as funções do CCEX serão absorvidas pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

Em 2003, a Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, representada pela Coordenação-Geral de Créditos Externos - COCEX, participou de todas as reuniões Ordinárias do CCEX, bem como coordenou as reuniões preparatórias do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT que subsidiaram os membros titulares do Comitê na análise dos assuntos e de operações cursadas no Programa de Financiamento às Exportações - PROEX. Foram realizadas cinco Reuniões Ordinárias. Igualmente, a SAIN trabalhou na coordenação da reunião preparatória do GAT ( 76ª a 80ª).

#### **1.5.3.2. Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF:**

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial n.º 496, de 3 de setembro de 1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2003, sob supervisão desta Coordenação-Geral, foram realizadas doze Reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (25ª a 36ª).

#### **1.5.3.3. Grupos de Trabalho:**

##### **1.5.3.3.1 Pré-Embarque.**

Grupo de Trabalho criado conforme decisão do Comitê de Gestão da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, na sua XVII Reunião Ordinária, realizada no dia 05.08.2003, com a finalidade de discutir proposta de criação da Modalidade Pré-embarque, com recursos do PROEX-Financiamento, para atendimento de micro, pequenas e médias empresas. A formação do GT contou com a presença desta secretaria e dos representantes da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior e da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil S.A.

#### **1.5.3.3.2. Exportação de Serviços.**

Criado na 74ª Reunião Ordinária do Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, realizada em 30.10.2002, com a finalidade de avaliar a demanda crescente de financiamento à exportação no setor de Serviços e atualizar os normativos reguladores desse segmento. O grupo de trabalho foi composto pela SAIN e, também, por representantes da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e IRB-Brasil Resseguros S.A.

#### **1.5.3.3.3. Clube de Paris**

Em 2003, a Coordenação-Geral de Créditos Externos participou das seguintes reuniões no Clube de Paris:

*Tour D'Horizon* (15.01.2003): comunicado ou discussões sobre Equador (atualização sobre relacionamento com o FMI); Nigéria (comparabilidade de tratamento em face do *buyback Brady bonds*); Angola (atualização sobre negociações bilaterais); Guiné-Bissau (vigência das Fases II e III da *Agreed Minute* de 26/012001);

*Tour D'Horizon* (10.06.2003): comunicado ou discussões sobre Equador (atualização e negociação na semana em curso); Zâmbia (atualização e novo Programa com o FMI); Nigéria (operações *swap* e carta de 06.05.2003); Sudão (informações sobre *workshop* informal que aconteceu em Londres no dia 22.05.2003); Iraque (atualização); RDC-República Democrática do Congo (atualização do FMI a pedido de um credor); e Gabão (atualização pelo FMI);.

Reescalamento (11 a 13.06.2003): Equador (assinatura da *Agreed Minute* de 2003);

Por força de restrições orçamentárias, a Coordenação-Geral de Créditos Externos foi representada pela Embaixada do Brasil em Paris nas seguintes reuniões:

*Tour D'Horizon* (11.03.2003): comunicado ou discussões sobre Equador (IMF atualização, *Financing Assurances*); Angola (atualização); RDC-Congo (atualização).

*Tour D'Horizon* (24.04.2003): comunicado ou discussões sobre Equador (negociações futuras); Nigéria (operações de *Swap*, a pedido de um credor); Zâmbia (novo acordo PRGF); Côte D'Ivoire (2ª Fase da *Agreed Minute* datada de 10.04.2002); RDC-Congo (*Decision Point* no âmbito da Iniciativa HIPC, atualização do FMI a pedido de um credor); e Senegal (atualização do FMI, novo Acordo PRGF).

*Tour D'Horizon* (10.07.2003): comunicado ou discussões sobre Equador (atualização a cargo do FMI e vigência da AM junho/2003); Nigéria (pagamentos, oportunidade para responder a carta da Nigéria); Iraque (estratégia de comunicação); RDC-Congo (atualização do FMI, *Decision Point*, *DSA*); Gabão (atualização do FMI, *Financing Assurances*, *DAS*, dados informativos).

*Tour D'Horizon* (11.09.2003): comunicado ou discussões sobre Nigéria (resposta à carta da Nigéria); Zâmbia (atualização do FMI); Iraque (atualização do FMI); Gabão (*Financing*

*Assurances* e perspectivas de negociações no Clube de Paris); RDC-Congo (tratamento intermediário); e Angola ( Relatório de Consulta do Artigo IV, a pedido de um credor); Metodologia sobre o *Evian Approach*.

*Tour D'Horizon* - (08.10.2003): comunicado ou discussões sobre Angola (desdobramentos do *tour* de setembro/2003); Iraque (atualização do FMI); Gabão (atualização do FMI); Costa do Marfim ( atualização do FMI); RDC-Congo (tratamento intermediário); e Nigéria (pagamentos); Metodologia sobre o *Evian Approach*.

*Tour D'Horizon* - (06.11.2003): comunicado ou discussões sobre Nicarágua (atualização do FMI e vigência o Art. IV 3/b); Nigéria (pagamentos e comparabilidade de tratamento); Angola (acompanhamento dos desdobramentos da sessão de outubro/2003 e Termos de Referência para futuras negociações); Iraque (atualização do FMI). Metodologia sobre o *Evian Approach*.

*Tour D'Horizon* - (09.12.2003): comunicado ou discussões sobre Iraque (atualização do FMI e Comunicado de Imprensa); Nigéria (pagamentos e comparabilidade de tratamento); Angola (Termos de Referência para futuras negociações); e Senegal (atualização do FMI e revisão das negociações bilaterais).

#### **1.5.3.3.4 Negociações bilaterais**

Em 2003, a Coordenação-Geral de Créditos Externos efetuou negociações bilaterais com os seguintes países:

Angola (15 a 16.12.2003) – em Brasília (DF): Foi aceita com alterações a proposta feita pela delegação angolana para a concessão de novos créditos mas as negociações não foram concluídas;

Bolívia (14 a 15.04.2003) - em Brasília (DF): Conciliação dos números para a implementação do reescalonamento da dívida; (05.05.2003) - em Brasília (DF) - Resultado: Analisada a proposta de dação em pagamento do imóvel ocupado pela Embaixada do Brasil na Bolívia como pagamento da dívida; (01 a 03.09.2003) - Em Brasília (DF) - Resultado: Reunião na Bolívia a fim de tratar da extinção do Fundo de Desenvolvimento Brasil-Bolívia com a simultânea reversão dos recursos disponíveis ao Tesouro Nacional (US\$ 13 milhões); e 24.09.2003 - em Brasília (DF) - Resultado: Reunião Técnica a fim de tratar da implementação da dação em pagamento do imóvel já mencionado;

Moçambique (16 a 18.12.2003) - em Brasília (DF): Reunião com a delegação de Moçambique para tratar da conciliação final dos números com vistas à conclusão da renegociação da dívida e implementação do perdão anunciado pelo Presidente da República;

Suriname (23.07.2003) – em Brasília (DF): Encontro preliminar com a equipe surinamesa para a retomada de negociações e conciliação da dívida.

#### **1.5.3.3.5. Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:**

- Concessão de Financiamento vinculado à exportação de bens e serviços nacionais / Pré-embarque / Artigo 1º da Lei nº 10.184, de 12.02.2001: consulta sobre o amparo legal para a implantação da modalidade de financiamento Pré-Embarque destinado à atender as micros, pequenas e médias empresas, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações–PROEX.

- PROEX - Equalização/EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Pedido de alteração de spread: consulta quanto à norma a ser aplicada na operação em questão.

#### **1.5.3.3.6. EMBRAER:**

- monitorou o orçamento do PROEX - Equalização quanto às emissões de NTN's-I referentes às exportações de aeronaves regionais da EMBRAER e os impactos anuais relativos aos compromissos potenciais estimados.
- acompanhou as negociações da Secretaria do Tesouro Nacional, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER e a Seguradora Brasileira de Seguro à Exportação - SBCE com vistas a rever os valores dos prêmios a serem pagos nas operações de exportação de aeronaves regionais com a cobertura do seguro de crédito à exportação.

#### **1.5.3.3.7. Outros Assuntos:**

- Consultas Extraordinárias: elaborou e preparou consultas extraordinárias, via fac-símile, aos membros titulares do CCEX.
- Proposta Orçamentária: participou da elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2003.
- Orçamento: monitorou periodicamente a execução orçamentária do Programa.
- Fórum Permanente de Exportação de Serviços e Engenharia: participou do respectivo fórum na sede da AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil, realizado em 30.09.2003.
- 1º Seminário Internacional de Co-Financiamento BNDES/CAF: participou do respectivo seminário nos dias 06 a 08.08.2003, que tratou da prospecção de projetos de integração física sul-americana.

### **1.5.4. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS - CAEFI**

(v. Anexos IX e X)

À Coordenação Geral de Assuntos Econômico-Financeiros, entre outros assuntos, compete:

- . Coletar e organizar as estatísticas necessárias ao acompanhamento da conjuntura econômica internacional e de países considerados estratégicos para o Brasil;
- . Executar pesquisa e análise de dados que subsidiem a política econômica brasileira na área externa;
- . Elaborar estudos que permitam o diagnóstico de problemas econômico-financeiros internacionais; e
- . Assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais e/ou Secretários-Adjuntos nos assuntos relacionados à economia internacional.

No cumprimento de suas atribuições a CAEFI realiza um acompanhamento constante da conjuntura econômica e financeira internacional. Esse acompanhamento é efetuado por meio da leitura, em meio eletrônico (Internet) ou impresso, de publicações

especializadas em economia internacional, de jornais e revistas nacionais e estrangeiras e de relatórios formais e informais elaborados pelas embaixadas brasileiras no exterior e por outras instituições especializadas.

Além disso, a CAEFI desenvolve estudos detalhados sobre temas relativos às finanças e à economia internacional, quase sempre sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. Para esses trabalhos, as principais fontes de pesquisa são: livros técnicos, artigos publicados em revistas técnicas especializadas e publicações técnicas de instituições internacionais, como FMI, OCDE, Banco Mundial e Bancos Centrais e Ministérios da Fazenda de países estrangeiros, entre outros.

As informações coletadas são analisadas e discutidas. Posteriormente, com base nessas informações são elaborados textos escritos: Boletim de Economia Internacional, Temas em Economia Internacional, Informes Especiais e Notas sobre as economias de países selecionados ou temas em finanças e economia internacional. Eventualmente, dada a urgência ou natureza dos assuntos, os resultados das análises e pesquisas são apresentados oralmente, com o auxílio, ou não, de gráficos e tabelas, ao Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. A CAEFI também é responsável pela elaboração de apresentações em Power Point para auxiliar o Secretário e/ou Secretários-Adjuntos em palestras e seminários no Brasil e no exterior.

A partir de 2003, a CAEFI passou a assessorar o Secretário de Assuntos Internacionais por meio do acompanhamento de reuniões sobre diversos temas, entre eles, acordos bilaterais, acordos entre o governo brasileiro e governos estrangeiros e relacionamento do Brasil com instituições multilaterais, em particular a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

#### **1.5.4.1. Boletim de Economia Internacional**

Em 2003, em função da redução de pessoal, o Boletim de Economia Internacional passou a ser resumido em uma seção do Boletim de Conjuntura Econômica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE). O Boletim que, até 2002, era um relatório bimensal com análise detalhada de mercados internacionais, países e/ou regiões, foi simplificado para se ajustar ao formato de, no máximo, 6 páginas da seção de economia internacional do Boletim de Conjuntura da SPE. É priorizada a análise sintética da conjuntura econômica das economias desenvolvidas (EUA, Zona do Euro e Japão) e das principais economias latino-americanas (Argentina, México, Colômbia e Venezuela).

#### **1.5.4.2. Temas de Economia Internacional**

Criada em 2003, tem como objetivo oferecer breves notas sobre temas relevantes de políticas públicas no Brasil, em particular aqueles relacionados ao comércio exterior, à economia e às finanças internacionais. O alvo da Série é o público que não tenha conhecimento especializado nos temas, buscando-se em cada texto apresentar um roteiro introdutório acerca das questões envolvidas, bem como opiniões e resultados de pesquisas existentes sobre os assuntos. Recorrendo a especialistas nos respectivos temas, não necessariamente vinculados ao governo brasileiro, pretende-se fornecer, em cada número, um guia para o leitor não-especialista e, assim, contribuir positivamente no processo de

formação de opinião sobre as escolhas de políticas públicas no país. A Série conta com suporte técnico e financeiro do Banco Mundial.

No terceiro trimestre de 2003, foi concluído o primeiro texto da Série. O texto foi elaborado pela CAEFI em conjunto com o Secretário de Assuntos Internacionais. Em novembro e dezembro mais dois textos foram escritos por consultores contratados pelo Banco Mundial. A CAEFI é responsável por supervisionar o processo de elaboração dos textos escritos por consultores contratados pelo Banco Mundial. Para 2004 está prevista a elaboração de mais quatro estudos por consultores contratados pelo Banco Mundial. Os textos da Série podem ser acessados em <http://www.fazenda.gov.br/sain/>.

#### **1.5.4.3. Informes Especiais**

Notas informativas detalhadas sobre a conjuntura econômica de países considerados estratégicos para o Brasil ou sobre temas específicos relacionados à economia internacional e ao comércio exterior. Os informes especiais são elaborados sob demanda específica do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos. No primeiro semestre de 2003, foi elaborado, para discussão interna, um estudo detalhado de avaliação do PROEX. Para o primeiro trimestre de 2004, está prevista a realização de um estudo de avaliação do montante utilizado pelos programas de financiamento às exportações desde 1999.

#### **1.5.4.4. Apresentações**

Exposições contendo gráficos, tabelas e observações elaboradas em Power Point, a pedido do Secretário e/ou Secretários-Adjuntos, para auxiliá-los na apresentação de palestras/seminários no Brasil e no exterior. As apresentações normalmente abrangem temas relativos à economia brasileira, economia internacional, comércio internacional e finanças internacionais. Em 2004, foram elaboradas seis apresentações para o Secretário de Assuntos Internacionais e o Secretário Adjunto.

#### **1.5.4.5. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**

A OCDE elabora periodicamente estudos econômicos de seus países membros e alguns países não-membros, entre eles o Brasil. Está em elaboração o estudo econômico do Brasil que deverá estar concluído no final de 2004. Ao longo do processo de elaboração a OCDE mantém intenso contato com o governo brasileiro. A CAEFI é responsável pela coordenação dos trabalhos, junto ao governo brasileiro, relacionados ao desenvolvimento do estudo econômico. Em dezembro de 2003, a OCDE enviou missão a Brasília para iniciar os primeiros contatos com altos funcionários do governo e colher impressões sobre seu projeto de estudo econômico para o Brasil. A CAEFI organizou a agenda da missão e a acompanhou em visitas a diversos órgãos da administração federal. Para 2004 as atividades relacionadas ao estudo econômico sobre o Brasil incluem: segunda missão da OCDE ao Brasil, em abril; discussão da versão preliminar do estudo, em outubro; apresentação final do estudo, em novembro.

#### **1.5.4.6. Atualização e Desenvolvimento do Sítio da SAIN**

A partir de 2003 a CAEFI passou a ser responsável pelas atividades de atualização e desenvolvimento da SAIN do Sítio da SAIN na internet. Houve treinamento de pessoal, realizado pelo SERPRO, para essa tarefa que era anteriormente realizada pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Fazenda. Neste mesmo ano, foi iniciado o desenvolvimento do sítio em inglês que deverá estar concluído no primeiro trimestre de 2004.

#### **1.5.5. COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ECONÔMICO-COMERCIAIS – CAECO E COORDENAÇÃO-GERAL DE INTEGRAÇÃO – COINT**

(v. Anexos XI e XII)

A Coordenação-Geral de Assuntos Econômico-Comerciais e a Coordenação de Integração têm como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, os processos de investigação de *dumping*, subsídios e salvaguardas, e as negociações binacionais e multilaterais no MERCOSUL, na ALCA, na União Européia e na OMC, subsidiando o Secretário e o Ministro da Fazenda nas decisões competentes. Esse trabalho envolve a participação em reuniões técnicas, elaboração de Notas, Pareceres e do Relatório Mensal de Análise da Balança Comercial Brasil/Mercosul.

##### **1.5.5.1. Defesa Comercial**

Em 2003, foram abertos nove processos de investigação de prática de *dumping*, um de salvaguardas e um de subsídio. Todos os nove processos de *dumping* permanecem sob análise. Cinco processos de investigação de *dumping* de anos anteriores foram encerrados com aplicação de medida antidumping e outros quatro concluíram-se sem aplicação de medida. Quanto às salvaguardas, o único processo aberto foi de revisão e encerrou-se com imposição de alíquota adicional ao imposto de importação. No que diz respeito aos subsídios, a única investigação aberta não foi encerrada.

Encontra-se em fase de encerramento um processo referente à análise da aplicação de direitos antidumping sobre as importações de acrilonitrila originárias dos Estados Unidos da América.

Do total de processos de antidumping abertos em 2003 (nove), 44,44% (quatro) incidem sobre importações originárias da China.

A tabela abaixo mostra os processos abertos e os encerrados em 2003 na área de defesa comercial.

|              | Investigações abertas   | Investigações encerradas   |  |
|--------------|---|--|--|
|              |   | Com aplicação de medidas   | Sem aplicação de medidas   |
| Dumping      | 1) Magnésio em pó<br>2) Magnésio metálico<br>3) Imãs de ferrite (revisão)<br>4) Carbonato de bário (revisão)<br>5) Resinas de policarbonato<br>6) Resinas de policarbonato (revisão)<br>7) Sacos de juta (revisão)<br>8) Ferro cromo alto carbono (revisão)<br>9) EBMEG | 1) Lápis com mina de grafite e mina de cor (1º trimestre)<br>2) Glifosato (1º semestre)<br>3) Tripolifosfato de sódio de grau alimentício (3º trimestre)<br>4) Lâminas para corte de pedras (4º trimestre)<br>5) Pneus para bicicletas (4º trimestre)<br>6) Cogumelos (4º trimestre) | 1) Filmes de PET (2º trimestre)<br>2) Bicarbonato de sódio (1º trimestre)<br>3) Sacos de juta (3º trimestre)<br>4) Compostos de benzotiazol (3º trimestre) |
| Salva Guarda | 1) Brinquedos (revisão)   | 1) Brinquedos (revisão) (4º trimestre)   |  |
| Subsídio     | 1) Barras de aço inoxidável   |  |  |

### 1.5.5.2. Negociações

#### b.1) Área de Livre Comércio das Américas – ALCA

A CAECO e a COINT acompanharam e ofereceram apoio técnico a três grupos negociadores, a saber: Grupo Negociador de Acesso a Mercados – GNAM, Grupo ad Hoc sobre Regras de Origem – GAO e Grupo Negociador sobre Subsídios, *Antidumping* e Direitos Compensatórios - GNSADC, tendo participado de um total de **trinta e três** reuniões técnicas.

b.1.1) O GNAM tratou de negociações sobre Tarifas, Medidas Não Tarifárias, Salvaguardas, Regras de Origem, Procedimentos Aduaneiros e Normas e Barreiras Técnicas. Dentre os temas tratados, foi dada ênfase especial aos assuntos relacionados com Métodos e Modalidades para a Negociação Tarifária e Critérios para qualificação de Regras de Origem. Apesar dos avanços verificados ao longo do ano, há uma preocupação latente no grupo em não cumprir seu mandato a tempo, em virtude da diversidade de temas (seis) sob sua responsabilidade.

Ao longo do corrente ano, o GNAN realizou a primeira etapa das negociações para desgravação de tarifas de importação. Nesse sentido, foram apresentadas as ofertas iniciais e deu-se início ao processo de melhoria dessas ofertas. Nesse tema, a SAIN atuou na discussão dos critérios para a apresentação da oferta inicial brasileira e, posteriormente, na apresentação de estudo para a melhora dessa oferta. Esse estudo, que propõe a melhoria de ofertas com base em faixas tarifárias a serem estabelecidas na Tarifa Externa Comum, foi incorporado como parâmetro para as melhoras de oferta do Mercosul a se realizarem ao longo de 2004.

A SAIN trabalhou também na elaboração de modelo para a solicitação de melhora de oferta dos demais países que negociam a ALCA. Foram apresentadas simulações para diversos países, com destaque para Estados Unidos, Canadá e México. Nesse modelo buscou-se fazer um cruzamento dos níveis de comércio bilateral com as tarifas aplicadas ao Brasil pelos países da ALCA. Os resultados foram divulgados aos demais órgãos governamentais que lidam com o tema e parte dos resultados foi incorporado ao processo negociador.

b.1.2) O Comitê de Negociações Comerciais - CNC da ALCA instruiu o GNAM a criar o Grupo ad Hoc sobre Regras de Origem – GAO para iniciar as negociações sobre regras de origem específicas para todo o universo tarifário. A SAIN participou dos trabalhos do GAO no início de 2003. Esse acompanhamento, entretanto, foi suspenso por limitações orçamentárias que impediram a realização de viagens para as referidas reuniões. Ao longo do corrente ano, a SAIN participou de uma reunião para a discussão de regras de origem, na qual foram discutidas regras específicas para os capítulos de 25 a 40 do Sistema Harmonizado. As coordenações também opinaram sobre o acordo de salvaguarda que está em discussão no âmbito do GNAM.

b.1.3) O GNSADC tratou, principalmente, da elaboração de texto consolidado sobre antidumping e do aprofundamento da discussão sobre subsídios.

### **1.5.5.3. Mercado Comum do Sul – MERCOSUL**

A CAECO e a COINT acompanharam e ofereceram apoio técnico ao Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS), e ao Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1). Além disso, a SAIN subsidiou as negociações no âmbito da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC).

Em 2003, o acompanhamento dessas reuniões do Mercosul ficaram parcialmente prejudicados devido à redução orçamentária, que restringiu a quantidade de recursos para viagens externas. Quanto ao CT-1, a participação da Secretaria limitou-se a emitir parecer sobre os pleitos de alteração tarifária analisados na Seção Nacional do Comitê, não podendo participar diretamente das negociações no âmbito do Mercosul. Neste ano, houve o estudo de 144 casos, sendo 58 pendentes de anos anteriores, resultando em 86 modificações de nomenclatura e/ou tarifa da TEC aprovadas. De modo similar, as reuniões do CDCS não contaram com a participação dos técnicos desta SAIN.

Em decorrência das limitações existentes, focou-se a atuação na CCM e no GMC, além de se manter o suporte às reuniões do CMC, dos Ministros da Fazenda e da Cúpula do Mercosul. Foram realizadas no Paraguai e no Uruguai, países que ocuparam a presidência “*pro-tempore*” do MERCOSUL, respectivamente no primeiro e segundo semestres de 2003, 07 reuniões da CCM, 04 do GMC e 03 do CMC – a despeito da relevância dos temas tratados nesses fóruns, não foi possível comparecer a 02 reuniões da CCM e a 01 reunião do GMC. Os temas que mais demandaram a atuação da SAIN foram: a preparação do projeto de trabalho do Mercosul para os próximos anos (“Objetivo 2006”), as propostas de tratamento de assimetrias no bloco, a discussão sobre a eliminação da dupla cobrança da TEC (Imposto de Importação), as propostas de regimes especiais comuns de importação, como bens de capital e medicamentos, os pedidos de modificação tarifária em consideração na CCM e no GMC, a definição de critérios para a apresentação de pleitos de modificação tarifária, além de outros.

#### **1.5.5.3.1. Mercosul – União Européia (UE)**

As rodadas de negociações entre o Mercosul e a União Européia são materializadas em reuniões do Comitê de Negociações Birregionais – CNB. No curso das rodadas do CNB, há a discussão de cada tema específico em grupos técnicos paralelos. A CAECO acompanha e oferece apoio técnico ao Grupo Negociador de Acesso ao Mercado de Bens, sobretudo nas questões relativas às barreiras tarifárias.

Em 2003, em função das expectativas relativas às negociações da OMC, houve somente 3 reuniões do CNB – devido às restrições existentes no decorrer do ano, esta Secretaria pode comparecer a somente 2 reuniões preparatórias. De sua parte, o Mercosul realizou o que considera um esforço, demonstrando seu interesse em um acordo, ao preparar uma oferta que cobrisse algo próximo de 85% do valor das importações do bloco provenientes da União Européia no período de referência (1998/2000), em conformidade com as regras da OMC<sup>1</sup>. O Mercosul apresentou, ainda, uma lista de pedidos pontuais para uma desgravação mais rápida, dentro das cestas previstas na oferta comunitária, de alguns produtos de seu interesse. A SAIN atuou, em conjunto com outras áreas do governo brasileiro, na preparação dessa oferta bem como do pedido de melhora da oferta européia.

O Mercosul apresentou, contudo, uma oferta baseada em um cronograma de desgravação diferente da UE, alegando assimetria entre as economias dos dois blocos, ensejando, segundo esse entendimento, um Tratamento Especial Diferenciado. Em reação, a UE praticamente solicitou ao Mercosul uma nova oferta ao apresentar um documento reforçando suas condições gerais para uma negociação de bens e pedidos de melhora separados para bens industriais, pesca, agrícolas processado e agrícolas, em base, segundo os europeus, de um conjunto de princípios horizontais, que serviriam para corrigir a falta de “balanço” das ofertas em cobertura e estágio, e específicos, conforme o interesse de seu setor privado e de seus Estados Membros. O Mercosul reagiu atestando que só poderia definir qualquer melhora de sua oferta se os comunitários o fizessem antes, sobretudo na área agrícola.

---

<sup>1</sup> Recorde-se que o Mercosul apresentou, em novembro de 2001, uma oferta que cobria apenas 33% do comércio.

No final do ano, os blocos acertaram uma agenda intensa para 2004 visando a possível conclusão de um acordo.

#### **1.5.5.4. Organização Mundial do Comércio – OMC**

A CAECO e a COINT acompanharam e ofereceram apoio técnico ao Grupo Negociador de Regras referente às negociações de blocos regionais, *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias. Elaborou-se, conjuntamente com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, documentos relativos à seleção preliminar de tópicos com o objetivo de aprofundar as disciplinas sobre a matéria. Compareceu-se a uma negociação sobre o assunto.

##### **1.5.5.4.1. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**

No âmbito da OCDE, está em negociação um possível acordo para redução ou eliminação de concessão de subsídios no setor do aço. A COINT está participando ativamente das discussões interministeriais para definir a posição brasileira quanto ao acordo.

##### **1.5.5.5. Comentários a respeito do demonstrativo das metas previstas**

A CAECO e a COINT foram seriamente prejudicadas no ano de 2003 pelo corte orçamentário de aproximadamente 26% da dotação orçamentária inicial da Secretaria. Em função disso, houve priorização no cumprimento das metas previstas na área de acesso a mercados, para as negociações na ALCA, em especial. O acompanhamento de temas de defesa comercial, principalmente nos fóruns multilaterais, por sua vez, foi significativamente prejudicado pela contenção de gastos. Conforme pode ser observado nos anexos XI e XII, principalmente com relação aos terceiro e quarto semestres, os percentuais de execução de 0% são dominantes.

## **2. Gestão Patrimonial**

A SAIN possui trinta e seis estações de trabalho das quais trinta e uma são do patrimônio do SERPRO, bem como três notebooks pertencentes à mesma Instituição. Cinco estações são alocadas através de contrato da SPOA com a empresa Comercial Firacuse LTDA.

## **3. Gestão de Pessoas**

### **3.1 - Ações de Valorização do Servidor**

A SAIN participou do Programa 2003 de Premiação de Desempenho Funcional promovido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SPOA, indicando servidores que foram homenageados pelo bom desempenho funcional, bem como os

servidores que completaram 25 anos de serviço prestados ao serviço público, Jubileu de Prata.

### **3.2. - Terceirização de Mão de Obra**

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não tem havido concursos para esta categoria, a SAIN conta com três empregados terceirizados, na qualidade de Auxiliares, contratados através da Empresa que mantém contatos com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA no âmbito do Ministério da Fazenda.

### **3.3.- Ações Disciplinares – Correcionais**

O desaparecimento do Note Book Patrimônio nº **1323813** ocasionou a abertura de uma comissão de inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, conforme o Processo nº 19603.000477/2003-85

## **4. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços**

### **4.1.Custos/Gastos em Contratações**

As despesas no exercício para manutenção da ação “Assistência Técnica em Assuntos Internacionais”, conforme consta do balancete da Unidade no SIAFI, atingiram os seguintes percentuais:

| Natureza da despesa          | Despesa    | % Percentual |
|------------------------------|------------|--------------|
| 339014                       | 290.883,81 | 44,00        |
| 339033                       | 363.872,81 | 55,00        |
| 339030/339036/339039/3309093 | 6.488,20   | 1,00         |

Obedecendo aos princípios de eficiência, eficácia e economicidade a SAIN teve gastos em contratações a seguir:

#### **– Compras**

As passagens aéreas foram adquiridas através de contrato firmado pela Coordenação de Recursos Logísticos - COGRL da SPOA e as empresas Monserrat Turismo LTDA. e a TRIPS Passagens e Turismo LTDA.

A aquisição de material no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria, e em sua maioria, o recurso foi descentralizado para que fosse adquirido através da COGRL/SPOA.

## – Serviços

Os gastos resumiram-se a pequenos serviços de manutenção de bens móveis. Assim como o material, houve também descentralização de recursos para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da SPOA para assinatura de periódicos e outros serviços.

### **4.2. Custos/Gastos com Convênios e Parcerias**

Não houve transferência de recursos mediante convênios, ajuste, termo de parcerias ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

No exercício de 2003, a SAIN manteve três estagiários visando proporcionar aos estudantes experiência prática na linha de formação e propiciar complementação de ensino e aprendizagem, bem como integração e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. O recurso para pagamento foi descentralizado para a COGRL/SPOA que mantém convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE.

### **4.3- Gestão dos Estoques**

A SAIN não dispõe de estoques. As aquisições destinaram-se ao consumo imediato.

## **5. Processo de Controle**

CONTROLES DA GESTÃO – Demandas de Comissões Parlamentares, Diligências emanadas do TCU e/ou recomendações formuladas pela SFC nos Relatórios de Auditoria referentes ao exercício de 2003.

Não houve diligências e/ou recomendações emanadas da Secretaria de Federal de Controle, bem como do Tribunal de Contas da União.

### **5.1.- Processo do Controle Parlamentar**

Não houve diligências e/ou recomendações do TCU no exercício.

Foi atendido ao Requerimento de Informação de nº 1046/2003 no qual foram solicitadas informações a respeito de despesas com o pagamento de diárias e passagens janeiro a outubro de 2003.

### **5.2.- Processos dos Controles Internos**

Atuação da CGU/SFC – Recomendações não implementadas no exercício

A recomendação da SFC/CGU para que a SAIN desenvolvesse indicadores de gestão que permitam aferir a eficiência, a eficácia e economicidade não foi ainda implementada neste exercício.

### **Justificativas/Motivações**

Não foi possível o desenvolvimento de indicadores de eficiência, eficácia e economicidade em função da natureza do trabalho da Secretaria de Assuntos Internacionais (assessoria e participação em negociações) o que dificulta a quantificação das atividades desenvolvidas.

Tendo em vista essa dificuldade técnica solicito orientação da Secretaria Federal de Controle no sentido de nos assessorar no desenvolvimento dos referidos indicadores.

---

**Arno Meyer**  
Secretário de Assuntos Internacionais, Interino